



Avaliação económica – perspectivas futuras

João Pereira

Escola Nacional de Saúde Pública,
Universidade Nova de Lisboa

Em vários países do mundo, a avaliação económica faz hoje parte do processo de decisão sobre utilização e financiamento de novos programas e tecnologias de saúde. Dadas as limitações financeiras que os sistemas de saúde enfrentam, é bem provável que os métodos de avaliação económica encontrem cada vez maior espaço, quer na área do medicamento – que é, de longe, o campo de maior aplicação – quer noutras áreas da saúde. A apresentação propõe-se analisar quais as perspectivas futuras de desenvolvimento da prática de avaliação económica em saúde com especial destaque para o caso Português.

No nosso país, a utilização da avaliação económica em saúde, embora enraizada em alguma legislação, continua sujeita aos interesses e motivações conjunturais dos decisores. É provável que continuem a haver oscilações na aplicação dos métodos no âmbito das decisões de financiamento de novos fármacos e sobretudo alguma resistência à sua incorporação nas orientações de prescrição desenhadas pela classe médica. No entanto, a tendência deverá ser de maior uso, em particular através da sua entrada em sectores até agora pouco sujeitos à análise económica (p.ex., dispositivos médicos, prestação de cuidados hospitalares, acções de promoção da saúde, cuidados continuados, etc.). Também na área do medicamento poderão surgir novos usos, como por exemplo, no desenvolvimento de protocolos farmacêuticos para programas de gestão da doença.



Um aspecto premente será a revisão das orientações metodológicas de avaliação económica de medicamentos emitidas pelo Infarmed, que em determinados aspectos estão hoje desactualizadas. Alguns dos métodos aplicados nesta área sofreram grandes alterações, como é o caso das técnicas de modelização, dos estudos de impacto orçamental, dos processos de análise de sensibilidade e dos instrumentos de medição de resultados em saúde. É importante que estes desenvolvimentos científicos sejam incorporados nas orientações e que outras questões insuficientemente tratadas – como o impacto sobre a equidade, a perspectiva a adoptar em diferentes contextos de decisão ou a consideração da preferência temporal em estratégias de prevenção – sejam também enquadradas.

É provável, e desejável, que a prática de avaliação económica em saúde passe também por uma série de aperfeiçoamentos nos próximos anos. Entre estes, destaca-se, tanto em Portugal como a nível internacional, uma maior padronização na apresentação dos resultados dos estudos; o desenvolvimento de métodos de impacto orçamental, hoje uma componente essencial na submissão de pedidos de participação; e a explicitação pelas autoridades do(s) limiar(es) de custo-efectividade assumidos nas decisões. Continuarão também a haver progressos significativos na medição de resultados em saúde (QALYs, disposição a pagar, ensaios pragmáticos, etc.) com especial destaque, em Portugal, para a criação de normas nacionais para os principais instrumentos de medição da qualidade de vida relacionada com a saúde. Inevitavelmente, também, haverá progressos na modelização de impactos dos programas e terapêuticas, sendo desejável que os avanços reflectam não só maior sofisticação matemática como, também, maior transparência e validade facial.

No campo da aplicação regulamentar da avaliação económica deverá ser prestada maior atenção à explicitação dos critérios que justificam a não aplicação das normas de eficiência nas decisões (casos especiais como os medicamentos órfãos, as situações de fim de vida, preocupações sobre a equidade dos impactos, etc.). Tal como nos países que têm liderado a utilização da avaliação económica em saúde,



Portugal deve instituir melhores sistemas de monitorização da implementação das decisões e procurar aperfeiçoar os processos actuais de avaliação e decisão. É fundamental envolver, de forma explícita, os diferentes *stakeholders* nos processos de decisão. Maiores níveis de participação e melhores condições de avaliação dos estudos que são submetidos às autoridades tornarão certamente os processos mais dispendiosos, mas também mais transparentes e ponderados, facilitando a prazo a sua implementação.

O desenvolvimento da avaliação económica em Portugal trará ainda outros impactos. Havendo um cada vez maior número de praticantes, as necessidades de formação em economia da saúde serão cada vez mais exigentes. Até agora a formação contemplou sobretudo profissionais de saúde interessados em obter uma sensibilização aos métodos aplicados neste domínio. Este tipo de formação deverá continuar a predominar mas haverá também necessidade de formação mais avançada dirigida a pessoas com actuais ou futuras responsabilidades na elaboração e avaliação dos estudos económicos.

Outra área a necessitar de atenção será a do acesso aos próprios estudos. São poucas as avaliações económicas desenvolvidas em Portugal que são efectivamente disseminadas. Enquanto esta situação perdurar, dificilmente haverá um desenvolvimento sustentado da qualidade dos estudos. Se a avaliação económica mantiver a sua base conceptual decididamente na ciência económica e ao mesmo tempo houver uma maior interacção entre economistas, médicos e outros profissionais de saúde na elaboração dos trabalhos, o contributo desta área de estudo para a sustentabilidade e efectividade dos sistemas de saúde será cada vez mais importante.